

INSTRUMENTO DE RERRATIFICAÇÃO DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA BRASIL COMÉRCIO DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA LTDA. REGISTRADA NA JUCERJA SOB OS N°s 33211519607 E 00004446128 EM 30/08/2021 E ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DE TRANSFORMAÇÃO DA “BRASIL COMÉRCIO DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA LTDA.” EM SOCIEDADE ANÔNIMA SOB A DENOMINAÇÃO “BRASIL COMÉRCIO DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA S.A.”
CNPJ/MF nº 11.446.223/0001-01 NIRE 33.2.1151960-7

Aos 30 dias do mês de janeiro de 2022, às 14 horas, na sede social da **BRASIL COMÉRCIO DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA LTDA.**, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Brasil, 41432 – Lot. 1, Parte 1, Pal. 48862, Galpão 1, Módulo 1 – Campo Grande - CEP 23.078-001, sociedade inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.446.223/0001-01, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o NIRE 33.2.1151960-7 (“*Sociedade*”), reuniram-se:

I. PATRÍCIA MELIM DE SOUZA E ALMEIDA CARRERA, brasileira, empresária, casada sob o regime da comunhão parcial de bens, portadora da carteira de identidade CNH nº 003343345856 expedida pelo DETRAN/RJ, inscrita no CPF sob o nº 104.542.737-38, residente e domiciliada na Rua Queiros Junior, nº 15, Apt. 1206, Jacarepaguá, CEP 22.775-170;

II. MELIM CARRERA PARTICIPAÇÕES LTDA., sociedade com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Avenida Rio Branco, nº 115, sala 2001, Centro, CEP 20040-004, inscrita no CNPJ sob o nº 43.640.763/0001- 00 e inscrita na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o NIRE 33.2.1155839-0, neste ato representada por sua sócia administradora **Patricia Melim de Souza e Almeida Carrera**, acima qualificada,

Únicas sócias da **BRASIL COMÉRCIO DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA LTDA.** e, ainda,

III. MARCELO DE GIROLAMI OLIVEIRA, brasileiro, empresário, divorciado, portador da carteira de identidade CNH nº 00912883860, inscrito no CPF sob o nº 294.089.318-74, residente e domiciliado na Estrada dos Bandeirantes, nº 14.000, Vargem Pequena, Rio de Janeiro – RJ, CEP 22783-112; e

IV. RODRIGO QUINTAS ARIAS GOMES, brasileiro, administrador, solteiro, portador da carteira de identidade CNH nº 06301814849, inscrito no CPF sob o nº 123.833.787-20, residente e domiciliado na Estrada do Engenho Velho, 835, Taquara, Rio de Janeiro – RJ, CEP 22723-391,

Para promoverem o **INSTRUMENTO DE RERRATIFICAÇÃO DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA BRASIL COMÉRCIO DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA LTDA. REGISTRADA NA JUCERJA SOB OS N°s 33211519607 E 00004446128 EM 30/08/2021 E ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DE TRANSFORMAÇÃO DA “BRASIL COMÉRCIO DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA LTDA.” EM SOCIEDADE ANÔNIMA SOB A DENOMINAÇÃO “BRASIL COMÉRCIO DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA S.A.”**, nos seguintes termos:

- 1. Retificação da Consolidação do Contrato Social.** As sócias identificaram, posteriormente ao registro da última alteração arquivada, a pré-existência da 4 e 5ª Alteração do Contrato Social da Sociedade registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob os protocolos 00003943205 e 00004022923 de 30/09/2020 e 01/03/2021. Dessa forma, a última alteração do contrato social da Sociedade registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob os números 33211519607 e 00004446128 em 30/08/2021 seria a 6ª (sexta) alteração.
- 2.** Considerando que a 4ª e a 5ª Alterações do Contrato Social da Sociedade não foram consideradas no ato registrado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em 30/03/2021, conforme exposto na deliberação acima, as sócias decidem retificar a consolidação do contrato social na 6ª Alteração e Transformação registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em 30/08/2021, para constar as alterações que já haviam sido registradas pelas 4ª e 5ª Alterações Contratual, sendo: (i) Alteração do Parágrafo Primeiro da Cláusula Primeira; (ii) inclusão do Parágrafo Primeiro na Cláusula Segunda; e (iii) Alteração da Cláusula Quarta, passando a constarem as Cláusulas citadas da seguinte forma:
- CLÁUSULA PRIMEIRA - DA DENOMINAÇÃO E SEDE**

1.1. A Sociedade utiliza o nome empresarial “**BRASIL COMÉRCIO DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA LTDA.**” e possui sede na **Avenida Brasil, 41432 - Lot. 1, Parte 1, Pal. 48862, Galpão 1, Módulo 1 - Campo Grande, Rio de Janeiro/RJ, CEP 23.078-001.**

Parágrafo Primeiro: A Sociedade possui filial no seguinte endereço:

FILIAL 01: Rua Hortência, 180 – Setor B, Módulo 8, Box 101 a 502 – Santa Paula I, Vila Velha/ES, CEP 29.126-168, CNPJ 11.446.223/0004-46 e NIRE 33.9.00797751.

Parágrafo Segundo: A Sociedade poderá, por resolução dos sócios, abrir, transferir e/ou encerrar filiais de qualquer espécie, em qualquer parte do território nacional ou do exterior.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO CAPITAL SOCIAL

2.1. O capital social é de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), dividido em 2.000.000 (duas milhões) quotas no valor de R\$ 1,00 cada, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente do país e distribuídas da seguinte forma:

Sócias	Quotas	Valor	%
MELIM CARRERA PARTICIPAÇÕES LTDA.	1.980.000	R\$ 1.980.000,00	99%
PATRICIA MELIM DE SOUZA E ALMEIDA CARRERA	20.000	R\$ 20.000,00	1%
Total	2.000.000	R\$ 2.000.000,00	100%

Parágrafo Primeiro: A filial 01 localizada no Estado de Espírito Santo, possui capital destacado no valor R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

Parágrafo Segundo: A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA QUARTA - INÍCIO E PRAZO DE DURAÇÃO

4.1. O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado, e a matriz e sua filial tiveram o início de suas atividades em:

Matriz	16/12/2009
Filial 01	01/10/2020

3. Ratificação das demais Cláusulas e Deliberações. As sócias ratificam as deliberações e demais Cláusulas consolidadas no ato registrado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob os números 33211519607 e 00004446128 em 30/08/2021, que não tenham sido retificadas pelo presente instrumento.

4. Transferência de quotas. A sócia **PATRICIA MELIM DE SOUZA E ALMEIDA CARRERA** vende e transfere, na presente data, parte de sua participação societária, correspondente a **10.000 (dez mil) quotas**, para os sócios ingressantes **MARCELO DE GIROLAMI OLIVEIRA** e **RODRIGO QUINTAS ARIAS GOMES**, sendo **5.000 (cinco mil) quotas para cada um**. A transferência é realizada de forma onerosa pelo valor nominal das respectivas quotas, e as partes dão plena quitação entre si e entre a Sociedade.

5. Transformação em S.A. Decidem, por unanimidade, e para o fim de melhor atender os interesses sociais, na forma dos artigos 220 e 221 da Lei nº 6.404/76 e dos artigos 1.113 a 1.115 do Código Civil, transformar o tipo societário de Sociedade Empresária Limitada para Sociedade por Ações com capital fechado, sob a denominação social de “**BRASIL COMERCIO DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA S.A.**”, nomeando como Presidente da Assembleia o Sr. **RODRIGO QUINTAS ARIAS GOMES**, e como Secretário o Sr. **MARCELO DE GIROLAMI OLIVEIRA**, ambos acima qualificados.

6. Capital Social. Como consequência da transformação da Sociedade em sociedade anônima, o capital social da Sociedade, que atualmente é de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), dividido em 2.000.000 (duas milhões) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 cada, passará a ser dividido em 2.000.000 (duas milhões) ações ordinárias nominativas com direito a voto, cada uma com valor nominal de R\$ 1,00 (um real), sendo cada quota convertida em 1 (uma) ação ordinária nominativa.

7. Tendo em vista a conversão das quotas deliberados acima, o capital social da Companhia passa a ser de **R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), dividido em 2.000.000 (duas milhões) ações ordinárias nominativas com direito a voto, cada uma com valor nominal de R\$ 1,00 (um real)**, distribuídas entre os acionistas da seguinte forma:

- (a) MELIM CARRERA PARTICIPAÇÕES LTDA.** detém **1.980.000 (um milhão novecentas e oitenta mil) ações ordinárias nominativas com direito a voto**, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalizando **R\$ 1.980.000,00 (um milhão novecentos e oitenta mil reais)**;
- (b) PATRICIA MELIM DE SOUZA E ALMEIDA CARRERA** detém **10.000 (dez mil) ações ordinárias nominativas com direito a voto**, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalizando **R\$ 10.000,00 (dez mil reais)**;
- (c) RODRIGO QUINTAS ARIAS GOMES** detém **5.000 (cinco mil) ações ordinárias nominativas com direito a voto**, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalizando **R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)**; e
- (d) MARCELO DE GIROLAMI OLIVEIRA** detém **5.000 (cinco mil) ações ordinárias nominativas com direito a voto**, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalizando **R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)**.

8. Eleição de Diretores. Os acionistas deliberam sobre a eleição para membros da Diretoria, nos termos do artigo 87 da Lei nº 6.404/76, para exercerem o mandato que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária de 2025, elegendo, por unanimidade de votos, para os cargos de Diretores sem designação específica, **RODRIGO QUINTAS ARIAS GOMES** e **MARCELO DE GIROLAMI OLIVEIRA**, ambos acima qualificados.

9. Os Diretores eleitos tomam posse na presente data, por meio dos termos de posse anexos, que serão oportunamente transcritos no livro societário próprio, e declaram, sob as penas da lei, que: (a) aceitam a indicação ao cargo; (b) não estão impedidos de exercer a administração de sociedades empresárias e (c) não foram condenados ou estão sob efeito de condenação por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos.

10. Os acionistas deliberam por fixar a remuneração global anual da Diretoria em R\$ 10.000,00 (dez mil reais), que será rateada entre os Diretores e por não instalar o Conselho Fiscal.

11. Aprovação do Estatuto Social. Os acionistas aprovam o Estatuto Social da Companhia, que já incorpora as deliberações acima e integra o presente instrumento como anexo.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, da qual se lavrou a presente ata que foi lida e aprovada por todos os presentes.

MELIM CARRERA PARTICIPAÇÕES LTDA.
Patricia Melim de Souza e Almeida Carrera

PATRICIA MELIM DE SOUZA E ALMEIDA CARRERA
RODRIGO QUINTAS ARIAS GOMES
MARCELO DE GIROLAMI OLIVEIRA

Visto de advogado:

Fábio Luiz Bezerra Rangel Coutinho
OAB/RJ 128.414

(Anexo I à Ata de Assembleia Geral de Transformação da “BRASIL COMÉRCIO DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA LTDA.” em Sociedade Anônima sob a denominação “BRASIL COMÉRCIO DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA S.A.”)

ESTATUTO SOCIAL DA BRASIL COMÉRCIO DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA S.A.
CAPÍTULO I – DA DENOMINAÇÃO, DA SEDE, DOS OBJETIVOS E DA DURAÇÃO

Art. 1º A sociedade girará sob o nome comercial de **BRASIL COMÉRCIO DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA S.A.**, sendo uma **sociedade anônima de capital fechado**, que se regerá por este estatuto e pela legislação em vigor, podendo adotar outro tipo jurídico, sendo seu prazo de duração indeterminado, encerrando suas atividades com a observância das disposições legais e estatutárias.

Art. 2º A sede e foro da companhia é **Avenida Brasil, 41432 - Lot. 1, Parte 1, Pal. 48862, Galpão 1, Módulo 1 - Campo Grande, Rio de Janeiro/RJ, CEP 23.078-001.**

Parágrafo Primeiro: A Sociedade possui filial no seguinte endereço:

FILIAL 01: Rua Hortência, 180 – Setor B, Módulo 8, Box 101 a 502 – Santa Paula I, Vila Velha/ES, CEP 29.126-168, CNPJ 11.446.223/0004-46 e NIRE 33.9.00797751.

Art. 3º A sociedade tem por objetivo de sua matriz e filial:

- (a)** CNAE 46.46-0/02 - Comércio, distribuição e logística de produtos de higiene pessoal;
(b) CNAE 46.46-0/01 - Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria; e
(c) CNAE 46.35-4/99 - Comércio atacadista de bebidas em geral.

Art. 4º A critério da diretoria, a sociedade poderá instalar, manter ou extinguir filiais, agências, escritórios, depósitos e quaisquer estabelecimentos, necessários ao desempenho das atividades substanciadas no objetivo social, em qualquer parte do território nacional ou no exterior, respeitadas as prescrições e exigências legais pertinentes.

CAPÍTULO II – DO CAPITAL SOCIAL E DAS AÇÕES

Art. 5º O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), dividido em 2.000.000 (duas milhões) ações ordinárias nominativas com direito a voto, cada uma com valor nominal de R\$ 1,00 (um real).

Parágrafo Primeiro: A filial 01 localizada no Estado de Espírito Santo, possui capital destacado no valor R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

Parágrafo Segundo. As ações representativas do capital social são indivisíveis e, em relação à sociedade, são da classe ordinárias nominativas.

Art. 6º Cada ação ordinária terá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

Art. 7º Os certificados representativos das ações múltiplas ou cautelas serão assinados por quaisquer dos Diretores isoladamente.

Art. 8º Os acionistas terão preferência na subscrição de novas ações decorrentes do aumento do capital social, fixando-se o prazo de 90 (noventa) dias, a contar da publicação de sua deliberação, como limite para o exercício deste direito.

Art. 9º A sociedade, por deliberação da Assembleia Geral, poderá a qualquer tempo criar outras classes de ações, redistribuir ações ou mudar suas classes.

Parágrafo único. As decisões relativas ao caput deste artigo serão tomadas por maioria absoluta do capital social com direito a voto, não se computando os votos em branco, nos termos do art. 136, da Lei 6.404/1976.

Art. 10. As deliberações sobre cisão, incorporação, fusão e aumento de capital serão tomadas de acordo com o Parágrafo único do art. 9º.

Art. 11. Os acionistas possuidores ou detentores de ações Ordinárias Nominativas que pretenderem transferir suas ações, deverão comunicar à Diretoria, por escrito, dando o prazo e as condições de pagamento, a fim de que, dentro de 90 (noventa) dias, contados da data da entrega da comunicação, os demais acionistas exerçam ou renunciem o direito de preferência, em igualdade de condições e na proporção das ações que possuírem na sociedade.

Parágrafo único. As disposições deste artigo não se aplicam em caso de doação a descendentes e ascendentes.

CAPÍTULO III - DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE E DA DIRETORIA E SUAS ATRIBUIÇÕES

Art. 12. A sociedade será administrada por uma Diretoria composta por 2 (dois) membros, para um mandato de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos, sendo ambos os cargos para Diretores sem designação específica.

Parágrafo único. A eleição para o cargo de diretor se fará por maioria absoluta do capital social em Assembleia Geral, nos termos do art. 129, caput, cumulado com o art. 132, III, ambos da Lei 6.404/1976.

Art. 13. No caso de vagar o cargo de um diretor, as suas funções serão exercidas pelo outro, até a primeira Assembleia Geral que se realizar, a qual elegerá o novo diretor, exercendo este as funções do aludido cargo, até o final do mandato que está sendo substituído.

Parágrafo Único. Findo o mandato, os Diretores permanecerão em seus respectivos cargos até a posse e investidura dos novos eleitos.

Art. 14. Os Diretores têm amplos poderes de gestão dos negócios sociais para a prática de todos os atos e realização das operações que se relacionem com o objeto da Companhia.

§1º A sociedade se obriga, válida e obrigatoriamente, pela assinatura isolada de quaisquer dos Diretores, ou por um procurador com poderes especiais designado por ele.

§2º Os mandatários da Companhia serão nomeados por procuração subscrita por quaisquer dos Diretores isoladamente, com prazo de validade não superior a 1 (um) ano, na qual serão expressamente especificados os poderes outorgados, sob pena de invalidade do mandato.

§3º As procurações outorgadas pela Companhia para advogados para a representação em processos judiciais ou administrativos poderão ser outorgadas por prazo indeterminado.

§4º A representação ativa e passiva da Companhia em juízo, para receber citação ou notificação, transacionar e prestar depoimento pessoal ou atos análogos, caberá aos Diretores isoladamente, ou a seus respectivos procuradores.

Art. 15. Competem à Diretoria as seguintes atribuições:

I - Exercer as atribuições e os poderes que a Lei e este Estatuto lhe conferem para assegurar o andamento regular da sociedade;

II - Zelar pelo cumprimento das deliberações tomadas nas Assembleias Gerais;

III - Participar efetivamente dos negócios sociais, inclusive dos assuntos de ordem contábil, fiscal, legal e trabalhista;

IV - Organizar a direção e supervisionar a estrutura comercial e administrativa da sociedade;

V - Com autorização da Assembleia Geral que pode ser postecipada, com assinatura de quaisquer dos Diretores isoladamente, vender ou compromissar a venda de bens imóveis, ceder ou prometer ceder direitos à aquisição dos mesmos, estipulando preços, prazos e condições, assinando todos os atos, papéis e instrumentos públicos ou particulares relacionados com essas transações;

VI - Fazer cumprir o Estatuto da Sociedade e as deliberações da Assembleia;

VII - Manter-se sempre a par de todas as atividades da sociedade para poder levar às reuniões da Diretoria amplas informações, cuja apreciação assegure unidade plena na orientação dos negócios sociais;

VIII - Fixar políticas de ação acompanhando seu desenvolvimento, para assegurar o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos;

IX - Planejar, analisar e acompanhar as execuções orçamentárias, de custo e estudos econômico-financeiros;

X - Praticar, enfim, quaisquer atos que por lei ou por este estatuto não venham a ser vedados.

Parágrafo Único. Para a prática dos atos enumerados neste artigo, poderá ser constituído procurador ou procuradores, com mandato especial para tal fim.

Art. 16. Os Diretores apresentarão anualmente o relatório, o balanço patrimonial e as demonstrações financeiras de todas as operações sociais, comunicando por escrito, com 1 (um) mês de antecedência da Assembleia, que tais documentos se encontram à disposição dos acionistas na sede da sociedade, na forma do disposto no Art. 133 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976.

Art. 17. A Assembleia Geral fixará o montante global ou individual da remuneração dos Diretores, nos termos do Art. 152 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976.

Art. 18. É vedada a participação de pessoas no exercício ou candidatos a cargos políticos, na composição da Diretoria.

CAPÍTULO IV – DO CONSELHO FISCAL

Art. 19. A sociedade poderá formar um Conselho Fiscal, composto por 3 (três) membros, que funcionará em caráter não-permanente, cuja instalação ocorrerá através de deliberação da Assembleia-Geral, nos termos do art. 161, da Lei 6.404/1976.

Art. 20. Cada período de funcionamento do Conselho Fiscal terminará na primeira Assembleia Geral Ordinária após sua instalação.

Art. 21. A remuneração dos membros do Conselho Fiscal, sempre que requerido seu funcionamento, será determinada pela Assembleia Geral que o elegeu, observados os limites da Lei.

CAPÍTULO V - DAS ASSEMBLEIAS GERAIS

Art. 22. A Assembleia Geral reunir-se-á:

I - Ordinariamente, nos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social para:

a) tomar as contas da diretoria;

b) discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício;

c) determinar a destinação dos resultados; e

d) eleger os membros da diretoria e do Conselho Fiscal, quando for o caso.

II - Extraordinariamente, sempre que os interesses da sociedade o exigirem, inclusive para deliberar sobre alteração e reforma dos Estatuto Social.

Parágrafo único. Para a realização das assembleias gerais, ressalvadas as exceções previstas em lei, instalar-se-á, em primeira convocação com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social com direito a voto; em segunda convocação, com qualquer número.

Art. 23. A convocação para as Assembleias Gerais far-se-á na forma do artigo 124 combinado com os artigos 289 e 294, todos da Lei 6.404/1976.

Parágrafo único. Ficará dispensada a convocação desde que se façam presentes à Assembleia Geral acionistas representando a totalidade do capital social.

Art. 24. O acionista poderá fazer representar-se na Assembleia Geral por procurador, constituído na forma do Art. 126 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976.

Art. 25. Poderá ser nula a Assembleia que não obedecer aos preceitos deste Estatuto e às normas legais vigentes.

CAPÍTULO VI – DO EXERCÍCIO SOCIAL, DO BALANÇO, DOS LUCROS E DIVIDENDOS

Art. 26. O exercício social terminará no dia 31 de dezembro de cada ano, findo o qual a Diretoria fará elaborar as demonstrações financeiras do exercício e as submeterá à Assembleia Geral Ordinária, juntamente com a proposta de destinação do lucro do exercício.

Art. 27. Dos resultados apurados, serão, inicialmente, deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto de Renda e para a Contribuição Social sobre o Lucro; o lucro remanescente terá a seguinte destinação:

- (a)** 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social; a reserva legal poderá deixar de ser constituída no exercício em que seu saldo, acrescido do montante de reservas de capital de que trata o art. 182, § 1º, da Lei nº 6.404/76, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social;
- (b)** 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido, ajustado nos termos do art. 202 da Lei nº 6.404/76, serão distribuídos aos acionistas a título de dividendo obrigatório;

- (c)** o saldo ficará à disposição da Assembleia.

Parágrafo Primeiro. Salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, o dividendo será pago no prazo de 60 (sessenta) dias da data em que for declarado e, em qualquer caso, sempre dentro do exercício social.

Parágrafo Segundo. Os acionistas representantes da totalidade do capital social poderão deliberar pela distribuição de lucros desproporcionais às participações acionárias de cada um na Sociedade.

CAPÍTULO VII – DA LIQUIDAÇÃO

Art. 28. A Sociedade poderá ser dissolvida por iniciativa dos acionistas representando maioria do capital social, que, nessa hipótese, realizarão diretamente a liquidação ou indicarão um liquidante, ditando-lhe a forma de liquidação, ou nos casos previstos em lei.

Parágrafo Primeiro. A Sociedade não se dissolverá se ocorrer renúncia, morte, falência ou incapacidade de qualquer dos acionistas, continuando com os remanescentes.

Parágrafo Segundo. Ocorrendo quaisquer eventos dessa natureza, ou na hipótese da retirada de um dos acionistas, seus haveres, inclusive capital e lucros suspensos, serão apurados através de balanço a ser levantado para esse fim, e serão pagos em 12 (doze) prestações mensais, iguais e sucessivas, vencíveis a partir da apresentação do Alvará Judicial que autorize a adjudicação das quotas ou do formal de partilha.

Parágrafo Terceiro. Em caso de morte de um dos acionistas, o ingresso de seus herdeiros/sucessores no quadro de acionistas da Companhia deverá ser aprovado por deliberação da maioria do capital social remanescente em Assembleia Geral. Caso o ingresso não seja aprovado, o herdeiro/sucessor receberá os haveres que lhe couber de acordo com as regras previstas nos parágrafos deste Artigo.

Parágrafo Quarto. O valor das ações em caso de liquidação em qualquer das hipóteses acima previstas será o valor nominal atribuído no art. 5º deste Estatuto.

Art. 29. O Liquidante e os Conselheiros Fiscais, quando houver, terão atribuições e poderes outorgados por lei.

CAPÍTULO VIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 30. Os casos omissos neste Estatuto serão regulados pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e pelas demais leis aplicáveis, e o seu foro será aquele da sede e local da companhia.

Art. 31. Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, para dirimir dúvidas e controvérsias oriundas deste Estatuto Social.

Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 2022.
MELIM CARRERA PARTICIPAÇÕES LTDA.
Patricia Melim de Souza e Almeida Carrera

PATRICIA MELIM DE SOUZA E ALMEIDA CARRERA
RODRIGO QUINTAS ARIAS GOMES
MARCELO DE GIROLAMI OLIVEIRA

Visto de advogado:

Fábio Luiz Bezerra Rangel Coutinho
OAB/RJ 128.414

(Anexo II à Ata de Assembleia Geral de Transformação da “BRASIL COMÉRCIO DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA LTDA.” em Sociedade Anônima sob a denominação “BRASIL COMÉRCIO DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA S.A.”)

TERMO DE POSSE

MARCELO DE GIROLAMI OLIVEIRA, brasileiro, empresário, divorciado, portador da carteira de identidade CNH nº 00912883860, inscrito no CPF sob o nº 294.089.318-74, residente e domiciliado na Estrada dos Bandeirantes, nº 14.000, Vargem Pequena, Rio de Janeiro – RJ, CEP 22783-112, é desde já investido no cargo de Diretor sem designação específica da sociedade **BRASIL COMÉRCIO DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA S.A.** conforme os termos da Ata da Assembleia Geral de Transformação realizada nesta data, mediante assinatura deste Termo de Posse. O ora nomeado é desde já empossado em seu cargo e investido de todos os poderes necessários à administração da Companhia pelo prazo de gestão que findará no ano de 2025, observadas as disposições da lei e do Estatuto Social da Companhia. O Diretor eleito declara, sob as penas da lei, que não foi condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; e que cumpre as condições previstas no art. 147, § 3º da Lei nº 6.404/76, informando o endereço acima mencionado para as finalidades do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/76.

Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 2022.
MARCELO DE GIROLAMI OLIVEIRA

TERMO DE POSSE

RODRIGO QUINTAS ARIAS GOMES, brasileiro, administrador, solteiro, portador da carteira de identidade CNH nº 06301814849, inscrito no CPF sob o nº 123.833.787-20, residente e domiciliado na Estrada do Engenho Velho, 835, Taquara, Rio de Janeiro – RJ, CEP 22723-391, é desde já investido no cargo de Diretor sem designação específica da sociedade **BRASIL COMÉRCIO DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA S.A.** conforme os termos da Ata da Assembleia Geral de Transformação realizada nesta data, mediante assinatura deste Termo de Posse. O ora nomeado é desde já empossado em seu cargo e investido de todos os poderes necessários à administração da Companhia pelo prazo de gestão que findará no ano de 2025, observadas as disposições da lei e do Estatuto Social da Companhia. O Diretor eleito declara, sob as penas da lei, que não foi condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato,